

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.972 - CE (2019/0302324-2)

**RELATOR** : MINISTRO JORGE MUSSI  
**RECORRENTE** : RUFINO CARLOS BARROS (PRESO)  
**ADVOGADO** : THIAGO CAMPÊLO NOGUEIRA - CE019029  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por RUFINO CARLOS BARROS contra acórdão proferido pela 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do HC n. 0628020-46.2019.8.06.0000.

Noticiam os autos que o recorrente foi pronunciado como incurso no artigo 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

Buscando o trancamento do processo, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Sustenta o advogado subscritor das razões recursais que não haveria indícios mínimos de autoria em desfavor do acusado.

Alega que das 12 (doze) pessoas ouvidas em juízo, apenas o pai da vítima teria apontado o réu como autor dos fatos narrados na denúncia.

Aduz que todos os corréus foram submetidos ao exame de parafina, que resultou negativo, sobrevivendo a sua impronúncia.

Argumenta que apenas o recorrente foi pronunciado, mesmo inexistindo provas em seu desfavor.

Requer, liminarmente, a suspensão da ação penal até o julgamento definitivo deste reclamo, e, no mérito, pugna pelo seu provimento para que seja trancada.

É o relatório.

Pacificou-se neste Sodalício o entendimento de que, com a superveniência de pronúncia, está prejudicada a análise do pleito de trancamento da ação penal por falta de justa causa ou por atipicidade da conduta, teses que devem ser apreciadas na via recursal adequada.

A propósito:

*RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO, POR 9 VEZES, HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO, POR 5 VEZES, E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PROVA ILÍCITA. NULIDADE DA PROVA UTILIZADA NA FASE INQUISITORIAL. CONSTA DOS AUTOS QUE A INVESTIGAÇÃO GEROU FARTO ACERVO PROBATÓRIO, POR MEIO DO QUAL AS DECISÕES DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS SE SUBSIDIARAM. CONCLUSÃO INVERSA ENSEJA PROFUNDO REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO DE PRONÚNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL MANIFESTO. AUSÊNCIA.*

(...)

3. Ademais, a via estreita do *habeas corpus* não é o sucedâneo processual adequado para se proceder a um profundo escrutínio das provas processuais, sem a condizente demonstração de prejuízo

# *Superior Tribunal de Justiça*

*manifesto e evidente.*

**4. Por fim, aplica-se à espécie o entendimento desta Corte de que [...] com a superveniência de pronúncia, não se justifica a análise de pedido de trancamento de ação penal, por falta de suporte probatório ou por atipicidade, reservando-se tal análise para o recurso cabível (RHC n. 21.815/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 6/9/2010).**

**5. Recurso em habeas corpus improvido.**

**(RHC 87.527/PR, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/05/2018, DJe 01/06/2018)**

Na mesma esteira:

**PENAL E PROCESSUAL. HOMICÍDIO. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. INÉPCIA DA DENÚNCIA E FALTA DE JUSTA CAUSA. SUPERVENIÊNCIA DE PRONÚNCIA. PLEITO INADEQUADO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA DA PACIENTE. MATÉRIA DE CUNHO PROBATÓRIO. HABEAS CORPUS. VIA IMPRÓPRIA.**

**1 - Pronunciada a paciente, não mais se mostra adequada a discussão em torno da inépcia da denúncia, tampouco da falta de justa causa, com vistas ao trancamento da ação penal, cuja viabilidade está mais do que demonstrada, tanto que, depois da instrução criminal, está concluído o juízo de acusação, porque confirmada a pronúncia em grau de recurso, cujo acórdão transitara em julgado.**

**2 - Ainda mais na espécie, onde toda a argumentação expendida cifra-se, em suma, na inocência da paciente, que não teria nada a ver com o homicídio, tentando transformar o habeas corpus em uma via revisional de amplo espectro, em busca de uma obtusa e antecipada absolvição.**

**3 - Ordem denegada.**

**(HC 154.310/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 19/09/2012)**

Por outro lado, sabe-se que para a decisão provisional, que encerra simples juízo de admissibilidade da acusação, o ordenamento jurídico exige somente o exame da ocorrência do crime e a constatação da existência de indícios de sua autoria, não se demandando aqueles requisitos de certeza necessários à prolação de um édito condenatório, sendo que as dúvidas, nessa fase processual, resolvem-se a favor da sociedade.

Nesse sentido é o artigo 413 do Código Processual Penal:

*Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.*

Igualmente notório que, para a admissão da acusação, há que se sopesar as provas e indicar onde se acham os exigidos indícios da autoria e prova da materialidade, assim como apontar em que se funda para admitir as qualificadoras porventura

# Superior Tribunal de Justiça

capituladas na inicial, dando os motivos do convencimento, sob pena de nulidade da decisão, por ausência de fundamentação.

Sobre o assunto, confira-se a lição de Eugênio Pacelli de Oliveira:

*"Na decisão de pronúncia, o que o juiz afirma, com efeito, é a existência de provas nos sentido da materialidade e da autoria. Em relação à materialidade, a prova há de ser segura quanto ao fato. Já em relação à autoria, bastará a presença de elementos indicativos, devendo o juiz, tanto quanto possível, abster-se de revelar um convencimento absoluto quanto a ela. É preciso considerar que a decisão de pronúncia somente deve revelar um juízo de probabilidade, e não o de certeza." (Curso de processo penal. 10ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 575.)*

Entretanto, a análise da alegada ausência de provas em desfavor do acusado, quando não seja flagrante, é matéria inerente ao próprio mérito da acusação, razão pela qual deve ser atribuída à Corte Popular, juiz natural da causa, a ser realizada de acordo com a narrativa dos fatos constantes da inicial acusatória, com o auxílio do conjunto fático-probatório produzido no âmbito do devido processo legal, circunstância que impede o acolhimento da pretensão formulada neste *writ*.

Deve-se frisar que o remédio constitucional não é o instrumento adequado à discussão aprofundada a respeito de provas e fatos, não havendo como se valorar os elementos probatórios até então colacionados, como pretende a defesa, para perquirir se há ou não indícios suficientes de autoria contra o réu.

Portanto, qualquer conclusão diversa, na via angusta do *habeas corpus*, consoante vem decidindo esta Sodalício, inevitavelmente levaria ao vedado revolvimento aprofundado do conjunto probatório, importando em usurpação da competência constitucional da Corte Popular.

Na espécie, ao proferir decisão de pronúncia o magistrado singular consignou que "*vislumbra-se do arcaibouço probatório existirem indícios de autoria somente em relação ao réu **Rufino Carlos Barros***", salientando que "*existiram diversas versões em relação aos fatos apurados, e uma delas no sentido de **Rufino Carlos Barros** ter sido o autor do disparo que vitimou Antônio Gésio Prudêncio Alves*" (e-STJ fl. 38).

Afirmou que "*à fl. 46 dos autos do inquérito policial, no termo de reinquirição da testemunha Ricardo Bruno de Oliveira Monroe, única testemunha ocular dos fatos, este diz que viu o acusado Rufino Carlos Barros a disparar contra a vítima, tendo o acusado Rufino dito para a testemunha socorrer a vítima*" (e-STJ fls. 38/39).

Assentou que "*tal versão produzida em sede de inquérito*" "*já seria suficiente para a pronúncia do acusado, **mormente que está em conformidade com outros elementos de prova produzidos em Juízo***", tendo sido corroborada "*pelo pai da vítima, que confirmou que a testemunha Ricardo Bruno de Oliveira Monroe teria lhe confidenciado que Rufino Carlos teria sido o autor do disparo*", ao passo que "*a testemunha de acusação Maria Aparecida de Freitas, policial militar, disse que teria recebido denúncia anônima de que Rufino Carlos teria sido o autor do homicídio em análise*" (e-STJ fl. 40).

# Superior Tribunal de Justiça

Acrescentou que "ainda sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, o Delegado responsável pela condução das investigações, Dr. Maurício Vasconcelos Júnior, foi ouvido em juízo e confirmou que surgiu, por via de Ricardo Bruno de Oliveira Monroe, que Rufino Carlos teria efetuado o disparo contra a vítima, versão essa que se mostrou harmônica e coerente com todo o material probatório coligido em Juízo, demonstrando, destarte, a existência dos indícios de autoria" (e-STJ fl. 40).

Por sua vez, a Corte de origem assentou que "é perceptível que a decisão expôs exaustivamente os indícios suficientes de autoria existentes em desfavor do paciente, em relação aos elementos inquisitoriais, bem como aos depoimentos coligidos durante a instrução criminal, motivo pelo qual não há como reconhecer que o recorrente foi pronunciado sem indícios mínimos de autoria" (e-STJ fl. 75).

Assim, tendo as decisões impugnadas asseverado que há indícios da participação do paciente nos fatos, não há que se falar em constrangimento ilegal decorrente da pronúncia, já que conclusão em sentido contrário demandaria profundo estudo das provas, as quais deverão ser oportunamente sopesadas pelo Juízo competente no âmbito do procedimento próprio, dotado de cognição exauriente.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE COM A VIA ELEITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA DE PRONÚNCIA. PERDA DO OBJETO. (...) RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. A tese de insuficiência das provas de autoria ou participação resume-se a alegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via do habeas corpus ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.

2. Ademais, "ao proferir a decisão de pronúncia, o Magistrado emite juízo de convencimento no sentido de que estão devidamente delineados na narrativa da denúncia, e comprovados na prévia instrução processual, os indícios suficientes de autoria. Nesse contexto, não é possível na via eleita revolver o espectro probatório dos autos a fim de analisar a alegação de ausência de justa causa por ausência de indícios de autoria." (RHC 75.487-ES, Quinta Turma, Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, julgado em 21/9/2017, DJe 27/9/2017).

(...)

11. Recurso ordinário parcialmente conhecido e desprovido.

(RHC 102.607/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2019, DJe 14/02/2019)

No mesmo diapasão:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE DO CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA. DECISÃO DE

# Superior Tribunal de Justiça

PRONÚNCIA SUPERVENIENTE. (...)RECURSO NÃO PROVIDO.  
(...)

2. Consoante precedentes desta Quinta Turma, "o habeas corpus não é o meio adequado para a análise de tese de negativa de autoria ou participação por exigir, necessariamente, uma avaliação do conteúdo fático-probatório, procedimento incompatível com a via estreita do writ, ação constitucional de rito célere e de cognição sumária" (RHC 56.440/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/5/2015, DJe 17/6/2015).

(...)

5. Ademais, "ao proferir a decisão de pronúncia, o Magistrado emite juízo de convencimento no sentido de que estão devidamente delineados na narrativa da denúncia, e comprovados na prévia instrução processual, os indícios suficientes de autoria. Nesse contexto, não é possível na via eleita revolver o espectro probatório dos autos a fim de analisar a alegação de ausência de justa causa por ausência de indícios de autoria." (RHC 75.487-ES, Quinta Turma, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 21/09/2017, DJe 27/09/2017).

6. Recurso ordinário em habeas corpus não provido.

(RHC 66.466/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018)

Irretocável, portanto, o aresto impugnado, que concluiu que "a forma como o impetrante apresentou seus argumentos na peça inicial é um demonstrativo de que é requerido o exame aprofundado da prova produzida durante a instrução criminal, o que não é viável na via estreita do habeas corpus, por demandar o revolvimento fático-probatório" (e-STJ fl. 75).

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea "b", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **nega-se provimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Relator